

BE

#3

Marzo 2020



WEEK



semestral



Lutar pelos direitos LGBTI+ faz crescer a extrema-direita?	3
<i>JOÃO LABRINCHA</i>	
O início de um mandato	4
<i>FABIOLA CARDOSO</i>	
A identidade de género como objeto literário: a obra de Mia Couto	6
<i>BIANCA ALMEIDA</i>	
Perdidos na Maré - como um calão do submundo se tornou ferramenta de sobrevivência	7
<i>PEDRO VILÃO</i>	
Ser humano	8
<i>GIL CUNHA</i>	
Livros, Séries e Filmes Recomendados	8
<i>BEATRIZ PEDROSO</i>	

LGBTI – A LEI DESDE ABRIL ATÉ HOJE. E AGORA?

Quando pensei em escrever um apanhado legislativo da evolução dos direitos LGBTI desde o 25 de Abril, fi-lo por curiosidade pessoal, mas também para pensar no que já construímos e para onde podemos evoluir. Uma espécie de ponto da situação, digamos assim. Comecei a minha pesquisa olhando para o regime legal vigente durante o Estado Novo, e no que foi adquirido pós-Abril. Na verdade, descobri muita informação. A própria wikipedia tem uma tabela evolutiva. Vai desde a “descriminalização da homossexualidade” em 1983, passando pelo reconhecimento de uniões entre pessoas do mesmo sexo em 2001, à inclusão do conceito de orientação sexual na Constituição (princípio da igualdade – artigo 13) em 2004, e outras mais recentes como a adoção de crianças por casais do mesmo sexo em 2016. Tem sido uma evolução rápida, e com desenvolvimentos muito positivos para a comunidade.

Pensei depois na realidade, aquela que vivemos, o nosso dia a dia, a rotina, o quotidiano. O direito, as leis, são um reflexo da sociedade que temos. Mas ficam-se por aí. A verdade que conhecemos é diferente das nossas leis. Pode haver uma evolução que começa com a descriminalização e passa à não-discriminação no nosso sistema jurídico. Não quer dizer que a vida o tenha feito. O costume, que também é uma fonte de direito, tem profundas marcas.

Ainda vivemos numa sociedade conservadora, em que há um estigma para quem assume uma vida LGBTI, uma diferenciação. Um exemplo simples, num Portugal com foco no futebol, não conhecemos profissionais do meio que tenham assumidamente uma vida LGBTI. É um meio em que parece não ser conveniente ter-se essa postura. Isso advém muito provavelmente de um conceito de que a sociedade portuguesa não vê com bons olhos essa “diferença”. Tolerada, mas não aceita verdadeiramente, não abraça a diferença. Podemos dizer que a diferença em geral é vista com maus olhos.

Queria fazer um texto assertivo e positivo, que viesse apontar novas iniciativas legislativas que pudessem marcar a diferença, tal como o Plano Municipal que está na mesa agora na Câmara Municipal de Lisboa, pelas mãos do Bloco de Esquerda. Parece-me que a nível de legislação estamos a ir no caminho certo para abraçarmos diferenças. O que é que importa então? Interessa fazer dos escritos da lei uma realidade. Interessa mudar mentalidades. Perceber que a verdadeira integração só acontece quando o diferente é “normal”, e é um dado adquirido. A lei pode ajudar, mas é a nós que compete, ao comunicarmos, ao sermos diferentes daqueles que também eles são diferentes de nós, e encontrarmos harmonia no que temos em comum, fazer aplicar a lei. O Bloco de Esquerda encontrará cada vez mais formas e propostas para o fazer!

// Paulo Pina da Silva



LUTAR PELOS DIREITOS LGBTI+ FAZ CRESCER A EXTREMA-DIREITA?

Não é só nos comentários das redes sociais que se lê esta teoria. A propósito das conquistas legislativas das comunidades L(ésbica), G(ay) e B(issexual), das lutas pelos direitos que ainda não foram reconhecidos das comunidades T(rans) e I(ntersexo) ou das lutas anti racistas ou capacitistas, várias “fazedores de opinião” e até líderes partidárias dites moderades apontam às vítimas a culpa pela agressão. Ou seja, acusam quem defende direitos humanos de um suposto descontentamento social avesso à mudança que aumenta os votos na extrema-direita.

Demasiadas vezes se ouve que é a defesa das minorias que cria a reação, no literal sentido reacionarista do termo. Se datássemos esta expressão a um momento da história em que ela tanto foi usada, o PREC (Processo Revolucionário Em Curso), logo a seguir ao 25 de abril, comparando, estaríamos então a dizer que teria sido a luta por direitos democráticos –voto universal, salário mínimo, saúde, educação, habitação – a fazer crescer o número de reacionários? Sabemos hoje que aconteceu precisamente o contrário:

as Conquistas de Abril esvaziaram a força do fascismo. O fato de o povo ter sentido melhorias significativas na sua vida, criou uma quase unanimidade de apoio ao regime democrático.

Também historicamente se sabe que o que faz cair regimes é a degradação das condições socio-económicas. O Estado Novo caiu de podre, por causa da fome generalizada e da guerra colonial.

Hoje, a extrema-direita cresce por causa do desmantelamento do Estado Social, promovido pelas políticas neoliberais dos governos PSD, CDS e PS. O descontentamento das classes média e baixa abre palco a discursos simplistas que, em vez de apontarem as verdadeiras causas, promovem o ódio a bodes expiatórios que, se fossem sacrificados, em nada solucionariam os problemas reais das pessoas. A anulação do casamento homossexual não resolveria a precariedade laboral. Nem a recusa do reconhecimento de identidades trans e intersexo acabaria com a corrupção institucionalizada.

É por isso que a resposta a aVenturas não pode passar por bate-bocas. Um debate

direto em que usamos a racionalidade, a exatidão dos termos, a estatística e os fatos, esbarra na pós-verdade, na falácia, na generalização abusiva e na desonestidade intelectual. Nunca é um combate justo. Apenas lhes dá mais palco.

Por isso, as estratégias só podem ser o esvaziamento de argumentos. Se o Estado garantir o cumprimento dos direitos humanos, bem como justiça social e económica para todes, o descontentamento diminui naturalmente e, com isso, o terreno fértil para o crescimento da extrema-direita.

E a antecipação. Devemos preparar-nos, ouvindo e dando voz – lugar de fala – a quem é vítima de discriminações, para podermos propor e exigir a aplicação de medidas concretas que protejam os direitos de todes. Antes de serem neofascistas a pegar nos temas, de forma preconceituosa e estereotipante, devemos nós já ter um discurso claro, informado e solidário.

//João Labrincha

* Este artigo foi escrito seguindo o Acordo Ortográfico de 1990 e o Acordo Queerográfico.

O INÍCIO DE UM MANDATO

A defesa das questões LGBT, dentro dos partidos de esquerda em Portugal é anterior ao Bloco de Esquerda. Lembro, por exemplo, o GTH (Grupo de Trabalho Homossexual), que chegou a celebrar 10 anos dentro do PSR (Partido Socialista Revolucionário) um dos partidos “fundadores” do Bloco de Esquerda.

[Esta é uma história que está largamente por contar e cujo registo devemos fazer com urgência, enquanto os seus principais protagonistas nos podem ajudar a não perdermos a memória coletiva desses tempos que hoje já parecem tão distantes.]

Mas foi com o surgimento do Bloco que o partido passou a ser claramente identificado como “defensor dos homossexuais” e outros “desviantes” à heteronormatividade, na altura “fraturante” na sociedade portuguesa. Este facto foi fruto, não só da quase total ausência do tema nos outros partidos ou pelo menos do seu discurso público, mas também de uma estratégia de priorizar as questões LGBT no discurso e na agenda do Bloco (ainda que nem sempre as coisas tenham sido fáceis internamente, como outr@s contarão melhor que eu).

Foram muitas as batalhas, mas também as vitórias, desde a luta pelas uniões de facto até ao surgimento da primeira marcha LGBT em Lisboa, no ano 2000. Nestes momentos difíceis, como são quase sempre os primeiros passos, a presença de ativistas relacionados ideologicamente com o Bloco de Esquerda foi essencial.



Hoje o enquadramento político mudou, mas nem por isso a ação do Bloco nas ruas e no Parlamento é menos essencial.

Deixo a minha intervenção de 23 de janeiro, na audição da Ministra de Estado e da Presidência, no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento de Estado para 2020. Interpelei Mariana Vieira da Silva sobre programas e verbas para temas LGBTI: saúde trans, apoio às ONG's e formação para profissionais de educação, saúde, justiça e forças de segurança.

“Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Inter e tod*s aquelas pessoas que se reveem na bandeira do arco íris não podem ser iguais só na Lei, é necessário que o sejam também nas escolas, na saúde, na justiça, nos empregos, nos canais de televisão ou nas ruas! Esta é uma prioridade política para o Bloco de Esquerda.

Apesar dos notáveis avanços legislativos, de que podemos sentir-nos orgulhosos, muitas desigualdades e discriminações persistem. Contrariar essa realidade, promovendo uma sociedade mais livre e valorizadora de todas as diversidades é o dever da democracia igualitária e plena a que aspiramos para este país e que deve encontrar eco no Orçamento de Estado.

A definição de políticas públicas de promoção da igualdade e não discriminação referentes a pessoas não normativas quanto à sexualidade é hoje uma competência da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Esta constatação parece inócua, mas não o é.

Só na última legislatura, apoiada à esquerda, foi possível assumir como prioritária uma Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (ENIND), que inclui um Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais (PAOIEC). A existência de organismos públicos com essa competência é essencial e deve ser aprofundada e alargada.

Apesar das medidas enunciadas no Relatório do Orçamento e dos compromissos da Nota Explicativa, de executar o previsto no Portugal +Igual, no que se refere ao combate à discriminação LGBTI e à sua prevenção, a orçamentação desses compromissos não consta da proposta de Lei de Orçamento de Estado.

Nada, zero, não há referências claras de montantes ou medidas. Terá sido um esquecimento, um lapso, algo que ainda vamos a tempo de corrigir em fase de especialidade? Não é certamente uma opção política assente na ideia de que nesta matéria está tudo feito.

Assim pergunto, Sr. Ministra, considera que o OE 2020 tem a verba suficiente para garantir

a implementação da estratégia delineada e os programas necessários? Qual é o montante dessa verba?

Importa assim perceber algumas questões concretas:

SAUDE TRANS Em 2019 foi criada a Estratégia de saúde para as pessoas LGBTI, que visava nomeadamente a “preparação dos/as profissionais de saúde para responderem às necessidades de saúde das pessoas trans e intersexo”.

Seria de esperar que, neste orçamento, houvesse previsão orçamental para a implementação desta estratégia. No mínimo, a implementação do Plano de Ação para a Literacia em Saúde, previsto nesta estratégia. Gostaríamos de saber, por isso, como se pretende cumprir esta estratégia, fiscalizar a sua implementação e com que meios isto será feito?

APOIO AS ONG'S Ninguém duvida do papel absolutamente essencial que as associações e ativistas da área LGBTI desempenharam e desempenham.

Aliás, muitos dos avanços verificados nos últimos anos se deveram também a esse trabalho.

Mas o papel desempenhado pelas ONG's não desobriga o Governo. Pelo contrário, este tem de ter um papel ativo na promoção e defesa de uma igualdade efetiva, nomeadamente apoiando as associações que muitas vezes se substituem ao Estado. Sem que esse processo seja um martírio de burocracias, a que só muito poucos conseguem aceder.

Que verbas específicas dispõe este OE para financiamento a associações e movimentos?

FORMAÇÃO Estão previstos, em sede de orçamento e com que montantes, programas de formação de professores e outros profissionais, nas áreas da saúde, justiça e forças de segurança, sobre temáticas de não discriminação e direitos LGBTI?

Por fim, apenas mais uma pergunta.

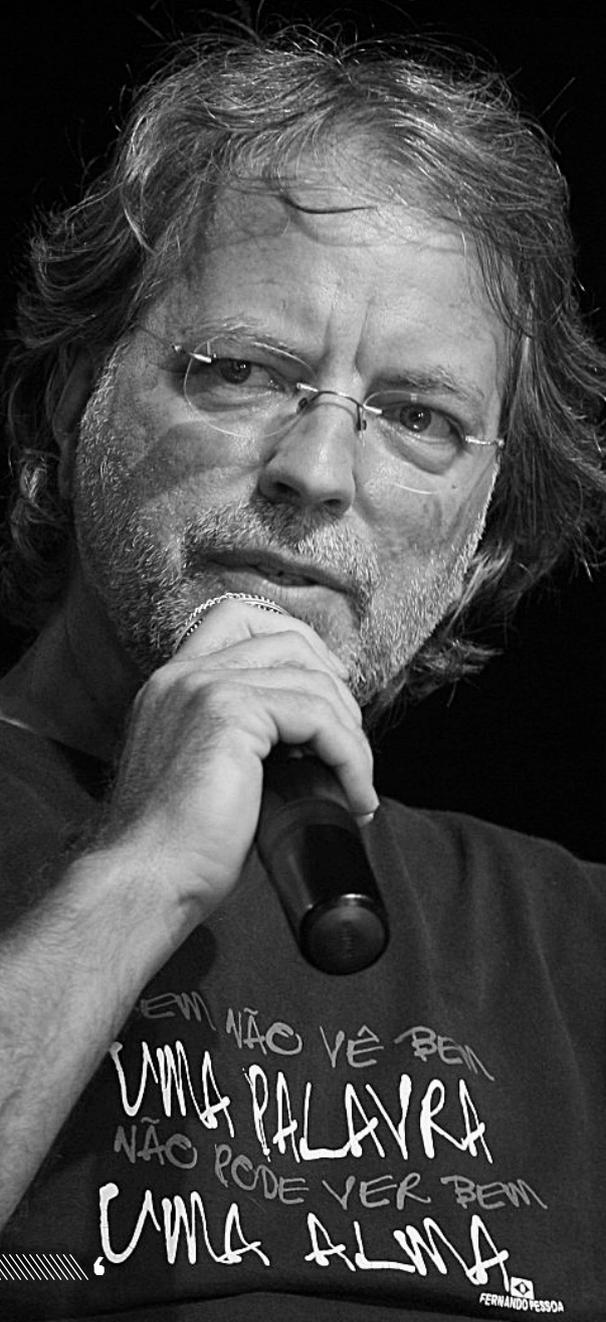
Tendo em conta a especial vulnerabilidade socio-económica da população trans e inter, o Bloco de Esquerda propõe, para este OE, a Alteração ao Regulamento de Registos e Notariado, isentando de emolumentos a alteração de nome, ao abrigo da lei que reconhece a autodeterminação de género. Acolhe o Governo esta proposta?”

A verdadeira resposta será dada ao longo desta legislatura!!

//Fabiula Cardoso, Deputada do Bloco de Esquerda

* a medida de isenção dos registos trans foi aprovada

A IDENTIDADE DE GÊNERO COMO OBJETO LITERÁRIO: A OBRA DE MIA COUTO



Antônio Emílio Leite Couto, conhecido por Mia Couto, escritor e biólogo Moçambicano, faz com que nas suas obras sobressaiam particularidades que o distinguem dos demais. O escritor parece recusar determinadas imposições Ocidentais de ser, pensar e agir e procura escrever sobre os quotidianos que a história tentou apagar.

A identidade de gênero é um aspeto que intriga muitos investigadores que se debruçam sobre a obra do autor. Alguns intelectuais chegam mesmo a satirizar o nome artístico escolhido pelo autor, dizendo que até este está repleto de aspetos que buscam a sua essência no transformismo, pois, para alguém que não conheça o autor, não será difícil confundi-lo com uma mulher. Esta teoria faz sentido uma vez que para a língua Portuguesa os substantivos próprios terminados em «a» são, na maior parte das vezes, femininos.

Os estudos de gênero e mesmo os estudos sobre a sexualidade no contexto Moçambicano são ainda um território pouco explorado quando comparados com outros locais precisamente por causa do passado colonial e da tardia descolonização e guerra civil. Pois, ainda que seja possível constatar cenários e perspectivas sobre os temas muito contrastantes com as do Mundo Ocidental, a verdade é que muitas normas e práticas foram assimiladas, acabando por se provocar uma forte mutação de paradigmas sociais. Desta forma, é possível que encontremos uma forma de pensar que se encaixa no padrão Ocidental mais 'rígido e sério' de encarar o sexo e o gênero e, vivências que acabam por fugir a este padrão (ainda que não oficialmente).

Para uma melhor compreensão do tema é preciso ter em conta que estratégias de controlo sexual foram adotadas sob a seguinte premissa: reproduzir nas colônias o exemplo do colonizador europeu. O que como é óbvio consistia sobretudo em algumas regras domésticas que levavam à implementação da heterossexualidade e do patriarcado em solo Africano.

Por sua vez, a chegada de mulheres brancas às colônias levou a uma imposição ainda mais rígida das hierarquias de gênero. Desta vez, a humilhação de um gênero em torno do outro aconteceu também com base em hierarquias raciais. Se ser-se mulher já é por si só uma condição de subalternização e inferioridade, ser-se mulher negra é a duplicação desta subalternidade.

Portanto, o panorama que temos hoje em Moçambique (e falo do panorama dos valores e ideias acima de tudo) está na sua gênese relacionado com a presença dos portugueses no país. É por isso, correto dizer, que 'Os preconceitos de gênero característicos da ordem colonial foram herdados pelo Moçambique independente que

se seguiu. A visão limitada da masculinidade enquanto competência, poder e conquista sexuais permaneceu especialmente na cultura popular e limitou o significado do "homem moçambicano" no discurso oficial adotado (Rothwell, 2008:112)

Devemos, contudo, salientar o papel importante que a FRELIMO (influenciada pela teoria Marxista) possuiu em trazer a público a discussão em torno da igualdade de gênero e as suas políticas a favor da poligamia.

No entanto, precisamos de atentar para um aspeto que se afirma curioso e importante para uma análise estruturada sobre concepções de gênero e identidades Africanas, o seguinte: enquanto no Mundo Ocidental ou se opta pela categoria relacionada com os valores da família, monogâmica e heterossexual ou pelas experiências poligâmicas, segundo o autor, em Moçambique as coisas não são tão fáceis de delinear assim. O próprio autor, Mia Couto, chega a ilustrar as suas obras com exemplos de homens que mantêm relações sexuais com outros homens nos seus lugares de trabalho, ainda que no final do dia volte cada um deles para junto da sua família heterossexual. Ou seja, ao contrário da sociedade Ocidental que opta ou por um comportamento ou por outro, a sociedade Africana, e o autor menciona em específico, a sociedade Moçambicana tem a possibilidade de maleabilizar a sua identidade, se quisermos, de não assumir eternamente nenhuma das categorias impostas pelo patriarcado.

Ora, é numa sociedade mutante e mutável que Mia Couto concentra a sua atenção, assumindo quase que um compromisso de subverter as expectativas ocidentais sobre os papéis de gênero. Mia Couto, fá-lo, pois, tem um papel fundamental na perpetuação e na valorização de individualidades, e só depois, das coletividades. Ainda que queira dar voz a um povo, o povo Moçambicano, tão poucas vezes ouvido, tantas vezes ignorado, fá-lo dando ênfase aos que por si só são habitualmente os menos ouvidos. Mia Couto escreve sobre o casal de idosos que vive sozinho e abandonado; sobre o jovem que guarda para si os seus pensamentos, desejos e mágoas; sobre a mulher que está desiludida com o seu marido, etc. De uma forma geral, Mia Couto escreve sobre os invisíveis tão presentes na sociedade.

É desmistificando certas ideias pré-concebidas que o autor consegue destacar as já faladas individualidades, principalmente porque falamos de gênero que é um conceito que bebe de estereótipos e de padronizações. Falo da atribuição de estereótipos como o vestuário, comportamentos, práticas religiosas e desejo sexual. Mia Couto brinca com tudo isto, baralhando e provocando ao leitor uma certa

surpresa na forma como se desenvolvem as personagens e as narrativas, até com o próprio conceito de travestismo o autor brinca.

Perguntamo-nos, enquanto leitores, porque o faz Mia Couto, qual é o seu objetivo em brincar tanto com o sexo, a identidade de género e os estereótipos, enquanto homem cisgénero heterossexual? A resposta para esta pergunta é simples, mas convém separar dois aspetos: a representatividade e a rotura com a herança colonialista. Que Mia Couto o faz para representar uma comunidade que não tem muita visibilidade, pode ter o seu fundo de verdade, mas, não o faz só por isso, fá-lo também para romper com a herança colonial, ocidental e, com a maneira dicotómica de entender o género.

Para chegar a esta conclusão sobre a visão dicotómica que os ocidentais têm sobre o género, basta que procuremos no continente africano, por locais que tenham conservado modos de viver e fazer pré-coloniais. Se o fizermos, facilmente nos apercebemos que no mundo ocidental o género é-nos proposto sobre duas categorias, o masculino e o feminino, e mesmo que as recusemos, e sejamos percecionados como 'transgressores', travestis, transexuais ou transgéneros, fazemo-lo a partir da correspondência de uma categoria para a outra, ou seja, regemo-nos sobre um sistema binário.

A tom de exemplo saliento dois casos onde podemos constatar a complexidade das questões de género e a sua diversidade consoante o local em que nos debruçamos:

- os Xanith¹, seriam considerados homossexuais masculinos segundo os critérios ocidentais;
- Na comunidade Lovedu da África do Sul e Nandi no Quênia, as mulheres casam com mulheres e a parceira dominante é considerada como um género diferente, tornando-se num marido feminino.

É nesta panóplia de identidades, de ideias e de estigmas que Mia Couto se posiciona e é sobre ela que nos relata tantas e tantas vezes. E são nestes imaginários tão coloridos, tão vastos e tão pormenorizados que reside a verdadeira essência do escritor, constatar as tantas pluralidades de um país onde a singularidade lhe foi imposta.

//Bianca Almeida

1 - Palavra árabe para um terceiro género. Indivíduo do sexo masculino que possua características efeminadas.

PERDIDOS, NA MARE



COMO UM CALÃO DO SUBMUNDO SE TORNOU FERRAMENTA DE SOBREVIVÊNCIA

Originalmente derivado do parlyaree, a língua secreta dos marinheiros e da comunidade cultural e teatral londrina, o Polari evoluiu para representar muito mais que um mero meio de comunicação: tornou-se um meio de sobrevivência. Esta mistura da língua franca dos marinheiros com calão de rimas Cockney, palavras invertidas, maneirismos do iídiche e do romani e jargão de inúmeras subculturas ostracizadas da sociedade britânica acabou por servir de camuflagem à comunidade LGBT, numa era em que a homossexualidade era crime barbaramente punido.

Pensa-se que o polari tenha a sua origem nas feiras itinerantes do Reino Unido, no século XVII, como forma de comunicação secreta entre feirantes, atores e artistas circenses, longe dos ouvidos de mentes curiosas, ou, pior, de agentes da autoridade que pudessem colocar em risco o ganha-pão destas gentes. Ai, terá emergido como pidgin entre viajantes das mais diferentes origens, espalhando-se posteriormente a grande parte da subcultura londrina devido à sua presença cultural central em todo o paradigma britânico.

A adoção deste dialecto revelou-se natural para a comunidade queer londrina, sempre perseguida, escurraçada e despromovida para os baixos estratos sociais, onde se coadunou historicamente com todos os outros grupos que sofreram o mesmo fado: artistas circenses, judeus, romani, feirantes e atores; todos unidos na mesma perseguição constante pela lei e no mesmo desprezo sofrido pela sociedade, fruto de preconceito sexual, racial ou religioso.

Mais que uma espécie de shilboleth para fechar a comunidade a estranhos potencialmente perigosos, o polari tornou-se forma otimizada de expressão, quase poética no seu liricismo rítmico e nas rimas constantes, bem como referências aos cânones clássicos advindas do contato com a comunidade teatral.

Foram descritas duas variantes do polari: um dialeto do West End londrino, mais teatral e de origens mais nobres; e um do East End, zona tradicionalmente mais associada à classe trabalhadora, e com maior influência da fala dos marinheiros.

O uso desta linguagem como meio de comunicação entre atores e artistas de rua levou a que fosse notada e mais tarde aproveitada

pela comunidade artística para as suas criações. Embora inicialmente o polari tenha sido aplicado com um efeito humorístico, associado ao seu valor exagerado – camp –, o simbolismo e significado da língua passaram a predominar nas suas representações artísticas, coincidindo com a representação crescente de figuras e valores LGBT na sociedade britânica que tem vindo a crescer desde os anos 1990.

A primeira grande representação do polari, que o colocou no domínio da cultura geral, foi-nos trazida pelo programa radiofónico de comédia Round the Horne, transmitido nos anos 1960, através das personagens Julian e Sandy, um discreto casal gay que usava a linguagem, embora simplificada, para efeitos de comédia.

A bem ou a mal, foi esta representação, associada à (tardia) legalização dos comportamentos homossexuais no Reino Unido, em 1967, que condenou o polari à queda em desuso e ao esquecimento. Afinal, se o que antes era usado precisamente por soar estrangeiro a ouvidos estranhos era agora tão familiar, para quê arriscar contrair ódios e deixar escapar segredos numa sociedade que, apesar de tudo, permanecia hostil a manifestações públicas de identidade LGBT?

Com efeito, numa sondagem de 2000 verificou-se que cerca de 50% dos homens homossexuais inquiridos desconhecia a existência deste jargão. Apesar de ter caído em desuso, tem vindo a assumir uma relevância histórica cada vez maior nos últimos anos, com a popularização e a crescente sensibilização para a inclusividade LGBT. O Polari é visto hoje na comunidade britânica como um exemplo de perseverança de um grupo frequentemente ostracizado e outrora inclusivamente clandestino, cuja própria existência era atacada por si só.

Em tempos mais recentes, tem sido usado por realizadores e músicos com uma maior sensibilidade histórica. A título de exemplo, destacam-se Girl Loves Me, música do álbum Blackstar de David Bowie, que mistura expressões do Polari com o "Nadsat" da Laranja Mecânica; e Putting on the Dish, uma curta-metragem que expõe aspetos do quotidiano de dois homens homossexuais nos anos 1960, falada completamente em Polari.

//Pedro Vilão

SER HUMANO

Alan Turing (1912-1954) foi um matemático, lógico, criptoanalista e cientista de computação britânico. É um dos pioneiros da inteligência artificial e das ciências da computação, sendo conhecido como o pai desta.

Dentre os feitos que assinalaram a sua carreira destacou-se o trabalho de criptoanálise desenvolvido no decorrer da segunda guerra mundial – com o objectivo alcançado de descodificar as comunicações da facção alemã encriptadas pela máquina electromecânica Enigma –, nas ciências de computação a Máquina de Turing – sistema formal de manipulação de símbolos capaz de emular qualquer máquina que computa – e o famoso Teste de Turing na área da inteligência artificial.

O Teste de Turing é um teste desenhado para decidir se determinada entidade exhibe um comportamento inteligente, semelhante ao do ser humano. É importante para determinar quais os atributos que uma máquina deve possuir para executar acções que requerem inteligência quando executadas por uma pessoa. Na sua formulação original consiste no seguinte: participam três jogadores, uma máquina e dois humanos. Nenhum dos participantes tem contacto visual com os restantes. Um jogador humano, o juiz, coloca questões, numa linguagem natural, aos restantes participantes. Mediante as respostas dadas o juiz deverá ser capaz de distinguir entre a máquina e o outro jogador humano. Se o juiz não for capaz de fazer tal distinção diz-se que a máquina passou no teste.

Quais as questões que podem ser colocadas pelo juiz? Qual-quer uma: qual a orientação sexual dos participantes, se a orientação sexual deve ser um tema do fórum político ou se deve ser relevante aquando a criação de leis...

Questões caras a Turing. Em 1952, no Reino Unido, as práticas sexuais tinham pertinência pública pois era ilegal praticar as de natureza homossexual. Um processo criminal condenou Turing à prisão devido à sua homossexualidade. Para evitar o cárcere sujeitou-se a tratamentos que incluíam a castração química. Antes de completar 42 anos o seu corpo foi descoberto com uma maçã meio comida ao lado da cama. Faleceu por envenenamento por cianeto. Não se sabe ao certo se se tratou de um suicídio ou duma toma accidental.

Meio-século após a sua morte fez-se justiça ao nome que deixou. Após muitas campanhas que envolveram activistas da tecnologia da informação, do meio político e da comunidade LGBTQI+, em 2009 o primeiro-ministro britânico Gordon Brown fez um pedido oficial de desculpas público, em nome do governo britânico, devido ao modo como Turing foi tratado após a guerra. Em 2013 a rainha Elizabeth II concedeu a Alan Turing o perdão real da condenação por homossexualidade.

// Gil Cunha

LIVROS, SERIES E FILMES RECOMENDADOS



Sex education

Sex education é uma série lançada pela Netflix sobre um rapaz inseguro que tem todas as respostas para os problemas sexuais dos colegas, uma vez que a mãe é sexóloga. A série para além de abordar, como o próprio nome indica, a temática da educação sexual, aborda temas muito próximos a comunidade LGBTI+.

Tal como em Portugal, a série espelha a ausência de qualquer tipo de educação sexual abrangente ou até mesmo qualquer tipo de abordagem a este tema, mistificando o que é a sexualidade. Este programa deveria servir de exemplo não só dos preconceitos visíveis em relação aos relacionamentos sexuais com prazer, mas também as diversas sexualidades que existem e, como é necessário quebrar o estigma em torno desses temas para que todos sejam incluídos. Para quebrar esses tabus é necessário uma educação sexual que não seja heteronormativa e que seja abrangente a todas as sexualidades, não julgando pessoas do sexo feminino por assumirem uma relação com a sexualidade, uma relação livre onde estas se vejam como donas de si próprias, diferente daquela que a sociedade patriarcal pense que as mulheres devem ter.

Uma educação sexual inclusiva derruba essa comporta normativa que define a mulher com pudor, não gostando de sexo, heterossexual e sem uma visão clara de igualdade quanto ao barómetro de desejo, bem como ampla quanto à forma de expressão da sua sexualidade. Mais sex education, menos desinformação.

//Beatriz Pedrosa